

**Declaração de continuar a reger-se pela legislação anterior do terreno
(aplicável ao regime de propriedade horizontal)**

(1) _____, (2) _____, (3) _____, portador/a do Bilhete de Identidade de Residente de Macau/ (4) _____ n.º _____, residente em _____, com o n.º de telefone de contacto _____, titular em regime de propriedade horizontal de uma fracção autónoma situada no _____º andar, moradia _____ do edifício _____, implantado no terreno concedido por arrendamento, sito na _____, descrito na Conservatória do Registo Predial sob o n.º _____, declara que pretende que a respectiva concessão do referido terreno continue a reger-se pela legislação anterior até ao termo do prazo do contrato de concessão ou da sua renovação, de acordo com o n.º 2 do artigo 216.º da Lei n.º 10/2013 (Lei de Terras).

Declarante

(assinatura e qualidade reconhecidas)

_____/_____/_____

Anexos: Declaração assinada pelos condóminos do edifício que representem mais de dois terços do valor total do condomínio, anexando as cópias de documento de identificação dos proprietários assinados e as respectivas certidões de registo predial.

(1) Nome (2) Nacionalidade (3) Estado Civil (4) Outro documento

- Observações: 1. Os menores devem ser representados pelos pais ou tutores legais para assinatura. Se o concessionário for pessoa colectiva, a declaração deve ser assinada por representante legal, anexando a cópia do documento de identificação do mesmo, mais a respectiva certidão de registo comercial ou pública-forma do acto constitutivo;
2. Deve juntar cópia do documento de identificação de proprietário assinado e a respectiva certidão de registo predial.

* Nos termos do n.º 2 do artigo 216.º da Lei n.º 10/2013 (Lei de Terras), caso a construção existente no terreno concedido esteja sujeita ao regime de propriedade horizontal, a declaração deve ser feita em conjunto pelos condóminos do edifício que representem mais de dois terços do valor total do condomínio.

*Declaração de Recolha de Dados Pessoais

De acordo com a Lei n.º 8/2005 - "Lei da Protecção de Dados Pessoais":

1. Os dados pessoais recolhidos destinam-se apenas às finalidades relativas a esta declaração.
2. Em cumprimento de obrigação legal, os dados pessoais podem ser comunicados às outras entidades competentes.
3. Os declarantes têm direito a aceder, corrigir ou actualizar os seus dados pessoais conservados pela DSSOPT.

